

Estudo Técnico Preliminar 50/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 003.00001728/2025-31

2. Descrição da necessidade

Registro de Preços de **CONJUNTO DE COMBATE A INCÊNDIO 400 LITROS** a ser utilizado pelas Defesas Civas Municipais, transferidos aos municípios paulistas por meio de **convênio** com o Estado, representado pelo Casa Militar, do Gabinete do Governador, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC, com previsão no Decreto nº 64.849, de 06 de março de 2020.

O objetivo principal é estudar detalhadamente as necessidades que os municípios possuem, diante da falta de recursos destinados às ações de defesa civil e, de modo suplementar, aparelhar suas defesas civis, buscando fortalecer o Sistema de Defesa Civil como um todo, identificando no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A Casa Militar, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC, é o órgão responsável pelo Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e tem como missão primordial, em conjunto com a União e os Municípios, executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevista na Lei nº 12.608/12, com ações e políticas voltadas à gestão de risco de desastres, com foco na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, de modo sistêmico e “com ênfase no desenvolvimento e na proteção do ser humano”.

Diante da missão institucional atribuída a esta Coordenadoria, houve a necessidade de desenvolver uma ação para, de modo suplementar, aparelhar as Defesas Civas Municipais, com veículos e equipamentos mais modernos e com isso melhorar a prestação de serviços à população.

Em cinco anos de Ação de Aparelhamento já foram atendidos 609 municípios, porém muitos não receberam o conjunto de combate a incêndio e o equipamento é bastante requisitado pelos municípios de sofrerem com a estiagem.

Além disso, é certo que os equipamentos precisam ser renovados e aperfeiçoados, o que faz da nossa ação de aparelhamento um serviço cada vez mais dinâmico, necessário e cíclico, buscando sempre um aprimoramento das ações e políticas voltadas à gestão de risco de desastres.

Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, bem como utilizado o Sistema ETP Digital disponível no Portal de Compras do Governo Federal e o Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - Divisão de Aparelhamento	Mateus da Costa Nogueira - Capitão PM

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A Defesa Civil tem como principais desastres: deslizamentos, alagamentos, enchentes e estiagem, sendo de suma importância os equipamentos como apoio em suas ações diante de desastres e/ou em sua prevenção. Durante a estiagem a aquisição de conjuntos de combate a incêndio é de suma importância para prevenir tragédias durante queimadas.

4.2. Seus critérios de sustentabilidade vem ser respeitados conforme as normas técnicas de mercado que regulam sua fabricação e fornecimento.

4.3. requisitos indispensáveis:

- a licitante deverá apresentar amostra do equipamento ofertado, demonstrando atendimento integral às especificações técnicas deste termo de referência, em, no máximo, 10 dias úteis, na Avenida Morumbi 4.500, sala 16 piso intermediário, para aprovação do contratante;
- a exigência acima se faz necessária por tratar-se de um equipamento sensível a riscos de manejo, onde a amostra será analisada pela equipe técnica, conferindo se atende **integralmente** o edital.
- a licitante se compromete a ministrar cursos de funcionamento e manutenção básica do equipamento em local estabelecido pelo contratante sem nenhum custo adicional;
- os itens oferecidos pela FORNECEDORA deverão atender todas as especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência;
- os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023;
- objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023;
- o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período;
- o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;
- contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

5. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021, o qual diz que se trata da “análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar”, segue abaixo as opções encontradas no presente estudo.

Para atendimento da demanda em adquirir os equipamentos para serem utilizados pelas Defesas Cíveis Municipais, verifica-se a possibilidade de 02 (duas) alternativas previstas no mercado:

I - Aquisição;

II - Locação.

No caso II (locação), torna-se inviável tendo em vista a natureza do recurso, muitas vezes oriundos de emenda parlamentar ou transferência voluntária, onde o próprio deputado destina o recurso ao município, com previsão inclusive na Lei Orçamentária Anual (LOA).

À Casa Militar/Defesa Cível, compete unicamente executar a emenda, ficando responsável por todo o processo licitatório e compra dos equipamentos, garantindo com isso a uniformidade, a economia de escala e a celeridade na execução.

Após formalização do convênio entre o Estado x Município, de modo completamente digital no sistema "SP Sem Papel", o equipamento é entregue ao município em condições de pronto emprego, ficando as despesas de uso e manutenção a partir daquele momento de responsabilidade daquela urbe, sem manter nenhum vínculo com o Estado.

Assim, conclui-se que observando as opções do mercado para adquirir o bem, entre locação e compra, e analisando tecnicamente a Ação de Aparentamento, onde adquire bens para serem repassados aos municípios, com observância no seguinte contexto:

- a origem do recurso;
- sua destinação já pré-estabelecida e
- pacto federativo

torna-se inviável a locação, restando apenas a opção de compra do equipamento, com repasse aos municípios através de convênios, com obrigações previstas em cláusula própria no Termo de Convênios.

6. Descrição da solução como um todo

Diante das alternativas possíveis para a obtenção de conjuntos de combate a incêndio 400 litros pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Cível para serem utilizados pelas Defesas Cíveis Municipais, observando as opções do mercado entre locação e compra, chega-se à conclusão, com bases técnicas, analisando a origem do recurso, sua destinação já pré-estabelecida e o pacto federativo, onde a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Cível, representando o Estado, não possui qualquer vínculo direto ou hierárquico com os municípios e suas Defesas Cíveis Municipais, tornando inviável a opção de locação.

Resta apenas a obtenção de bem através de **compra**, com repasse aos municípios, contendo cláusulas próprias em Termo de Convenio, para que sua utilização seja unicamente para a execução de ações e atividades de proteção e defesa civil, mantendo os equipamentos em condições de uso, assumindo os custos operacionais decorrentes, além de arcar com os custos relativos à regularização, e manutenção, durante a vida útil e ao treinamento dos profissionais que os utilizarão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A ação de Aparelhamento completa em 2025 seu sexto ano vigência, sendo referência para outros estados de como o poder estadual pode fortalecer o sistema de defesa civil como um todo, através da aquisição de veículos e equipamentos e repasse, por meio de convênios, aos órgãos de defesas civis municipais.

O trabalho em conjunto, buscando recursos, seja por meio de deputados estaduais e federais, através das emendas parlamentares ou transferências voluntárias, seja por meio de recursos do próprio tesouro estadual, reforçam a concepção de SISTEMA que a Defesa Civil trabalha, prevista na Lei nº 12.608/12 que trata da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, com as competências dos Entes Federados.

Durante o período de atuação, a Ação de Aparelhamento já atendeu 609 municípios, porém muitos não receberam o conjunto de combate a incêndio em seu kit inicial, e o equipamento é bastante requisitado pelos municípios de sofrem com a estiagem.

Além disso, é certo que os equipamentos precisam ser renovados e aperfeiçoados, o que faz da nossa ação de aparelhamento um serviço cada vez mais dinâmico, necessário e cíclico, buscando sempre um aprimoramento das ações e políticas voltadas à gestão de risco de desastres.

Com o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, tem como estimativa de compra em um total de 300 conjuntos de combate a incêndio 400 litros, para atender todos os municípios paulistas que sofrem com queimadas no período de estiagem.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.304.998,00

O valor estimado da contratação é de R\$ 12.304.998,00 (doze milhões e trezentos e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais), conforme custos unitários em anexo ao Edital.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Ata de Registro de Preços será acionada sempre que for disponibilizada verba para a Ação de Aparelhamento e a necessidade dos municípios paulistas, principalmente durante a estiagem.

o parcelamento não é viável, pois, conforme a necessidade (e as mudanças climáticas tem feito a necessidade ser cada vez maior), podemos acionar de uma única vez a totalidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, nos termos do Decreto nº 67.689 de 03 de maio de 2023,.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos conjuntos de combate a incêndio 400 litros para os municípios paulistas busca levar um atendimento de qualidade por parte dos Agentes de Defesa Civil nos locais de maior vulnerabilidade e suscetíveis à desastres, tendo caráter humanitário, atendendo a população paulista com toda dignidade que merecem, aumentando a resiliência no enfrentamento dos desastres.

13. Providências a serem Adotadas

A principal providência prévia à aquisição de conjunto de combate a incêndio 400 litros é a descrição precisa do item a ser adquirido com o objetivo de atingir a finalidade pretendida.

Com requisitos bem elaborados de cada item do termo de referência propicia-se a otimização e padronização no processo de compra e recebimento, garantindo a qualidade e quantidade necessária.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Principal impacto ambiental da aquisição de conjunto de combate a incêndio 400 litros é com relação ao consumo de combustível e óleo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por fim, após a análise dos critérios de finalidade, viabilidade e razoabilidade, verifica-se de forma clara que, tanto em razão do custo para o erário quanto pela dinâmica de utilização dos equipamentos nas missões de Defesa Civil às quais se destinam, a aquisição se mostra viável. Tal medida é fundamental tanto no enfrentamento dos desastres aos quais o Estado de São Paulo está mais suscetível quanto na atuação preventiva junto à população paulista.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MATEUS DA COSTA NOGUEIRA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/05/2025 às 15:53:43.